



Grupo eumed.net / Universidad de Málaga y
Red Académica Iberoamericana Local-Global
Indexada en IN-Recs (95 de 136), en LATINDEX (33 DE 36), reconocida por el DICE, incorporada a la
base de datos bibliográfica ISOC, en RePec, resumida en DIALNET y encuadrada en el Grupo C de la
Clasificación Integrada de Revistas Científicas de España.

Vol 11. N° 31
Febrero 2018
www.eumed.net/rev/delos/

CONSCIÊNCIA AMBIENTAL E CONSUMO SUSTENTÁVEL DOS ESTUDANTES DE UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR

Angel da Cruz Fabres¹
Universidade Federal de Pelotas
angelfabress@hotmail.com

Gleberson de Santana dos Santos²
Universidade Federal de Pelotas
gleberonsantana@hotmail.com

Andreia Aparecida Pandolfi dos Santos³
Universidade do Sul de Santa Catarina
andripandolfi@yahoo.com.br
Brasil

CONTEÚDO

Resumo	2
Abstract	2
1. Introdução	4
2. Revisão da literatura	6
2.1 Desenvolvimento sustentável	6
2.2 Educação ambiental	12
3. Procedimentos metodológicos	16
4. Descrição e análise dos resultados	17
4.1 Consciência ambiental	17
4.2 Consumo sustentável	18
5. Considerações finais	22
6. Referências	23

¹ Graduada no curso de Bacharelado em Administração pela Universidade Federal de Pelotas – UFPel. E-mail: angelfabress@hotmail.com.

² Mestre em Administração pela Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC. Especialista em Gestão Financeira pela Faculdade de Tecnologia e Ciências, com MBA em Planejamento e Gestão Estratégica pelo Centro Universitário Internacional. Bacharel em Administração pelo Instituto de Educação Superior Unyahna de Salvador. Atualmente é professor na Faculdade de Administração e Turismo – FAT – na Universidade Federal de Pelotas – UFPel e professor colaborador nos cursos de pós-graduação da Faculdade de Tecnologia SENAC RS (Pelotas/RS). E-mail: gleberonsantana@hotmail.com.

³ Mestre em Administração pela Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL. Especialista em Controladoria e Finanças pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Bacharela em Administração pela União de Ensino do Sudoeste do Paraná. Atualmente é professora no Centro Universitário Leonardo da Vinci. E-mail: andripandolfi@yahoo.com.br.

RESUMO

Vivemos em uma sociedade industrializada, cujo regime de processos e demasiada ênfase no capital financeiro tem ignorado aspectos sociais e ambientais, o que tem acarretado consequências desastrosas ao meio ambiente. Porém, com o tempo este foi um dos assuntos que ganhou maior visibilidade, e grande parte da sociedade está procurando melhorar suas condutas, ao passo que se tem repensado maneiras de como preservar a natureza de maneira ecoeficiente. Dentro das universidades, este é um tema que deve ser tratado com certa atenção, unindo a disseminação de informação com educação sobre sustentabilidade. Portanto, este estudo procurou avaliar o nível de consciência, bem como do consumo sustentável dos estudantes do curso de Administração de uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) localizado na região sul do Estado do Rio Grande do Sul. Para tanto, realizou-se uma pesquisa quantitativa composta por um questionário que identificou o nível de consciência ambiental e o consumo sustentável dos discentes. Quanto ao tipo de pesquisa, trata-se de uma pesquisa de caráter descritivo, onde se utilizou o método de estudo de caso. Os resultados mostraram que os estudantes possuem consciência ambiental, mas nem sempre a utilizam durante as compras.

Palavras-chaves: Desenvolvimento Sustentável; Estudante; Instituição Federal de Ensino Superior; Administração.

ENVIRONMENTAL AWARENESS AND SUSTAINABLE CONSUMPTION OF STUDENTS OF A FEDERAL INSTITUTION OF HIGHER EDUCATION

ABSTRACT

We live in an industrialized society whose process regime and too much emphasis on financial capital has ignored social and environmental aspects, which has had disastrous consequences for the environment. However, over time this has been one of the subjects that has gained greater visibility, and much of society is seeking better its behavior, while rethinking ways of preserving nature in an eco-efficient way. Within universities, this is a topic that must be treated with some attention, combining the dissemination of information with education about sustainability. Therefore, this study sought to evaluate the level of awareness as well as the sustainable consumption of students of the Administration course of a Federal Institution of Higher Education (FIHE) located in the southern region from the State of Rio Grande do Sul, Brazil. A quantitative research composed of a questionnaire that identified the level of environmental awareness and sustainable consumption of students. As for the type of research, it is a descriptive research, where the case study method was used. The results showed that students are environmentally aware, but do not always use it during shopping.

Keywords: Sustainable development; Students; Federal Institution of Higher Education; Administration.

1. INTRODUÇÃO

Vivemos em uma sociedade marcada por uma crise ambiental causada, entre outros fatores, pela exploração sem limites que vem sendo feita dos recursos naturais, pelas práticas abusivas em relação ao meio ambiente que as empresas têm aplicado e pelo comportamento consumista que as pessoas vêm tendo na hora de comprar seus produtos (AZEVEDO et al., 2010). Ou seja, é possível observar uma utilização desenfreada e indiferente às consequências dos recursos que estão ao nosso alcance na natureza, seja nas grandes organizações, quando indústrias e empresas utilizam de matéria-prima e recursos naturais de maneira demasiada e na maioria das vezes causando danos à natureza e ao meio ambiente; ou nos lares dos cidadãos, quando os mesmos têm um comportamento de consumismo, poluição e utilização de energias sem moderação e geralmente sem se preocupar com o descarte correto do seu lixo. E o consumismo crescente dentro da nossa sociedade pode ser tido como motivo principal para isso, quando as pessoas veem o ato de consumir demasiadamente como uma forma de mostrar qualidade de vida, sem se preocupar com o fato de que esse tipo de atitude é uma das principais causas da degradação ambiental (Tambosi et al., 2014).

Porém, o que pode ser percebido também é um aumento nas discussões sobre o assunto. Se antigamente não nos preocupávamos tanto com as consequências que nossos hábitos em geral poderiam trazer à natureza, hoje em dia deparamos com o tema em vários locais, como nas redes sociais, televisão, jornais, revistas e outros meios de comunicação, como cita Dias (2012, p.23).

Os problemas ambientais que afetam o planeta estão cada vez mais presentes nos meios de comunicação, invadindo os lares de milhões de pessoas e criando expectativas sociais que apontam para a necessidade de superação urgente dessa crise ecológica (DIAS, 2012, p.23).

Segundo Straughan e Roberts (1999 apud ALVES; FAGUNDES; SAMPAIO, 2015, p.2) “a preocupação com as questões ecológicas e ambientais cresceu ao longo dos anos, sendo intensificada a partir da década de 1960, quando surgiram movimentos ecológicos que se preocupavam com a poluição causada pelas indústrias.” Porém a sociedade em geral somente passou a perceber a importância das questões ambientais nos últimos anos do século XX, sendo que as empresas constaram que poderiam utilizar disso como forma de aumentar sua vantagem competitiva frente aos concorrentes, e o restante da sociedade viu isso como uma necessidade para evitar maiores danos ao meio ambiente. (STRAUGHAN; ROBERTS, 1999 apud ALVES; FAGUNDES; SAMPAIO, 2015).

No princípio, a sociedade se preocupava mais com as questões de racionamento de energia e ecologia; tempos depois, com a poluição do ar e como isso poderia afetar a vida nas áreas urbanas. Porém o que se vê atualmente é uma preocupação em relação ao marketing verde

e as mudanças nas decisões de compra dos consumidores. (AZEVEDO et al., 2010). As pessoas estão mais cientes da relação entre o consumismo e os problemas ambientais, e por isso estão procurando mudar seus hábitos de consumo. Chegamos aqui na questão da consciência do cidadão em relação ao seu comportamento de compra, quando ele percebe que suas decisões na hora de procurar mercadorias podem influenciar positiva ou negativamente na preservação do meio-ambiente (DIAS, p.23).

Em outras palavras, as pessoas perceberam que seu comportamento de compra e consumo pode influenciar e muito na questão ambiental e nos impactos causados ao meio ambiente, fazendo crescer nelas sua consciência ambiental. Elas agora veem a necessidade de conscientização no sentido de que seus atos do dia-a-dia e seus hábitos de consumo contribuem significativamente para o bem estar de toda a sociedade e da natureza. (LIMA et al., 2015).

É necessário que as pessoas entrem em um processo de transição para um tipo de comportamento mais sustentável, a cada dia mais criando e aumentando sua consciência ambiental e consequentemente mudando seus hábitos de consumo, porém quando pensamos em estudantes de instituições de ensino superior (IES), é possível prever que, por estarem inseridos no meio acadêmico, cercados por discussões sobre temas atuais, eles estejam mais familiarizados com o assunto e até mesmo mais avançados na questão de mudança de hábitos (TAMBOSI et al., 2014).

Diante desta contextualização questiona-se: – Qual o nível de instrução em sustentabilidade dos estudantes de instituições de nível superior?

Levando em consideração esses fatores, é possível perceber a importância de trazer este estudo para dentro das universidades, de forma a descobrir se os estudantes estão recebendo as informações necessárias para estarem inteirados sobre o tema, e se o assunto é tratado com o devido afinco que merece. Por esse motivo, esse trabalho tem como motivação dos autores fomentar esse assunto nas IFES, mais especificamente no curso de Administração, uma vez que há certa urgência nas soluções em relação a crise ambiental, a necessidade da formação de administradores com conhecimento sobre o tema e capacidade de agir de maneira sustentável nas suas atividades de gestão (LIMA et al., 2015).

Dessa forma constitui o objetivo deste trabalho o de avaliar o comportamento sustentável dos estudantes do curso de bacharelado em Administração de uma IFES do sul do Brasil, no que tange ao consumo e consciência ambiental.

Este trabalho se justifica pelo modo em que a questão social é considerada como um fator que deveria fazer parte do cotidiano das organizações empresariais, porém algumas empresas acabam ignorando esse fator pela falta de conhecimento e investimentos nessa área, assim como pelo fato da falta de conscientização. Além disso, se reconhece que as atitudes e as boas práticas de empresas sérias e comprometidas com a ética e transparência constituem em uma alternativa viável a corroborar para o desenvolvimento integral e sustentável do planeta.

No que tange a parte estrutural do trabalho, este é dividido em quatro capítulos além do atual. A próxima seção versa sobre a sustentabilidade, seus conceitos e principais discussões. O

terceiro capítulo aborda os procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa. A seção subsequente apresenta a análise acerca do nível de consciência ambiental e comportamentos de consumo dos estudantes. O quinto capítulo destina-se às considerações finais.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Esta seção discorre sobre o tema Desenvolvimento Sustentável e principais discussões, cujos autores basilares são Leitão (1994), Eriksson (2002), Goulet (2002), Jacobi (2002), Proops et al. (2002), Veiga (2008), Sehnem et al. (2012). Este capítulo também discorre sobre a temática educação ambiental, abordando conceitos e contribuições, tendo como autores basilares Duarte et al. (2015), Silva et al. (2015), Santos et al (2016), Bizarria et al. (2017).

2.1 Desenvolvimento sustentável

Quando o assunto é desenvolvimento, muitas pessoas ainda ligam esse termo ao crescimento da economia e da geração de capital. Porém, como deixa claro Ignacy Sachs no prefácio do livro de José Eli da Veiga, “desenvolvimento não se confunde com crescimento econômico” (VEIGA, 2008, p.9).

De acordo com Veiga (2008), é possível perceber vários tipos de desenvolvimento. O primeiro é aquele visto como sinônimo de crescimento econômico, que pode ser medido por indicadores tradicionais, como o Produto Interno Bruto per capita. O segundo tipo de desenvolvimento é, segundo o autor, aquele que não passa de uma ilusão, crença ou mito. Os seguidores desse tipo de pensamento acreditam que o desenvolvimento não existe realmente, já que por mais que alguns países cresçam ano após ano e aumentem sua capacidade econômica, eles não conseguem sair da zona de subdesenvolvimento. De qualquer maneira, esses dois tipos de desenvolvimento são mais fáceis de serem trabalhados e não levam em consideração uma visão geral da sociedade, uma vez que focam somente na questão econômica.

Inicialmente, acreditava-se que o desenvolvimento estava estreitamente ligado ao crescimento econômico, pois os países que possuíam um desenvolvimento mais avançado eram mais ricos em comparação àquelas nações que haviam permanecido subdesenvolvidas e eram pobres. Porém, com o passar do tempo e com o que ocorreu com países semi-industrializados (como o Brasil) na década de 50, quando o aumento do desenvolvimento não influenciou o acesso das populações pobres a bens e serviços, como acontecia nos países que eram considerados desenvolvidos, essa visão de crescimento econômico sendo sinônimo de desenvolvimento mudou (VEIGA, 2008).

No Brasil, entre a década de 50 e 70, houve uma hegemonia do pensamento desenvolvimentista que excluía de suas pautas as questões ambientais. O que pode ser visto na época do ideário nacional desenvolvimentismo foi uma exclusão do tema preservação da natureza dentro do foco de desenvolvimento. A industrialização no período não levava em consideração

que os recursos da natureza eram escassos e deveriam ser preservados. Pelo contrário, a ideia era de que eles estavam à disposição do homem para serem organizados e utilizados da maneira que trouxesse maior benefício a ele. Já os pensadores ambientalistas tratavam a questão de maneira oposta, deixando claro que a natureza possuía valores próprios e necessitava de equilíbrio que os humanos deveriam respeitar, se quisessem que as fontes de recursos das quais dependem suas vidas não acabassem entrando em colapso. Aqui, pode-se ver a oposição entre o pensamento desenvolvimentista que não leva em conta as questões ambientais e o pensamento voltado para um desenvolvimento que não levasse somente o critério econômico como foco.

A industrialização no país no início era vista indiscutivelmente como uma forma de crescimento econômico e modernização, ajudando a diminuir as diferenças entre os países desenvolvidos e os não desenvolvidos, pelo equilíbrio dos seus estilos de produção e consumo, além de que se acreditava que essa industrialização ajudaria na busca pela prosperidade e igualdade social. Porém, no que cerne a questão da sustentabilidade, a industrialização não pode ser vista como incontestável em relação ao desenvolvimento, pelo contrário, deve ser levada em conta a questão da preservação ambiental (LEITÃO, 1994).

Porém, com o passar do tempo e com o aumento na discussão sobre o assunto no país, foi possível perceber uma mudança na opinião das pessoas sobre o assunto, como citado no artigo de Leitão (1994), que diz que foi realizado um programa de pesquisa em 1992 com moradores de todas as localidades do país, denominada “O que o brasileiro pensa da ecologia”, a fim de entender a questão ambiental dentro da cultura e realidade dos brasileiros, procurando avaliar o entendimento não só dos cidadãos comum, mas também dos grupos formadores de opinião sobre as questões de utilização e degradação do meio ambiente. Dentro desse programa, foi feita uma pesquisa de opinião pública com a finalidade de levantar dados a respeito do conhecimento do brasileiro sobre o assunto. Os resultados desse estudo mostraram que, para os brasileiros, o tema ecologia e preservação ambiental não só passou a ser visto como de fundamental importância, mas também como um assunto de vital necessidade para a sobrevivência da população, sendo então entendido como uma grande preocupação no país.

Há tempos atrás a humanidade era organizada de maneira sustentável, em aglomerações humanas pequenas. Porém, após a industrialização, os métodos de produção não estão mais organizados dessa maneira, e nem podem continuar assim, nem na escala atual nem numa global pensando num futuro. Para a sociedade funcionar de uma maneira sustentável, é preciso que se foque na utilização de recursos renováveis e na busca de equidade e igualdade social. As inovações na agricultura e a produção industrial são necessárias para aumentar a eficiência nas atividades da sociedade, porém elas não estão sendo organizadas focando na sustentabilidade, o que deveriam ser (ERIKSSON, 2002).

Dessa forma, é possível chegar à conclusão de que a sustentabilidade é a ideia necessária para que se consiga um desenvolvimento abrangente em todas as questões que são importantes para uma sociedade saudável e melhor, buscando mudanças estruturais nela e

garantia de vida melhor para as gerações futuras, trazendo a possibilidade de novas discussões dentro do tema desenvolvimento.

Assim, começou-se a pensar em uma terceira forma de desenvolvimento, o sustentável, mais complexo e menos conformista, aquele que vê o desenvolvimento não somente como forma de medir o crescimento econômico de uma nação, mas engloba muitas outras questões, como a natureza, sociedade, a história, a cultura e o meio em que o objeto de estudo está inserido (VEIGA, 2008).

Para Goulet (2002) também não é possível desvencilhar o tema desenvolvimento de sustentabilidade. Para que se possa dizer que há um desenvolvimento sustentável é preciso entender que riqueza genuína não é só aquela ligada ao ter, mas sim ao ser, levando em consideração, portanto, a necessidade de fornecimento dos bens essenciais a toda a sociedade, um modo de produção que possa trazer uma vida mais justa a todos, o uso dos bens materiais de maneira responsável como forma de aumentar as riquezas humanas de natureza espiritual e o foco na distribuição de riqueza de maneira a colaborar com o bem comum. Na visão do autor, para que haja um desenvolvimento autêntico é preciso existir um equilíbrio na distribuição da riqueza, onde a realização das necessidades básicas de muitos não pode ser dificultada pela busca por luxo de alguns.

A interpretação do autor é a de que o essencial do desenvolvimento deve ser visto como os bens qualitativos, ou seja, o desenvolvimento humano e não só econômico. O autor cita como exemplo o Sri Lanka, onde a classificação na renda é baixa, porém possui uma classificação alta em relação ao desenvolvimento humano. Ou seja, o desenvolvimento autêntico tem que se relacionar com uma boa sustentação da qualidade de vida e da liberdade, portanto os modelos de desenvolvimento que não se preocupam com as questões ambientais, sociais e de liberdade da sociedade não podem ser mantidos (GOULET, 2002).

Para medirmos o desenvolvimento de certo local, é preciso levar em consideração não só as variáveis econômicas, de capital, mas também as sociais e ambientais. Um país desenvolvido não pode ser medido somente de acordo com sua geração de renda, mas sim com a correlação entre esse aspecto e outros, como o nível de desigualdade social, a expectativa de vida, os danos causados ao meio-ambiente, o acesso à cultura, entre outros. (VEIGA, 2008). O caminho para uma realidade sustentável num futuro distante está na reestruturação da economia e da sociedade, com diminuição das diferenças sociais e mais liberdade e direitos para todas as pessoas (PROOPS et al., 2002). Na visão de Veiga (2008):

Na concepção de Sen e de Mahud, só há desenvolvimento quando os benefícios do crescimento servem à ampliação das capacidades humanas, entendidas como o conjunto das coisas que as pessoas podem ser, ou fazer, na vida. E são as quatro as mais elementares: ter uma vida longa e saudável, ser instruído, ter acesso aos recursos necessários a um nível de vida digno e ser capaz de participar da vida da comunidade. (VEIGA, 2008, p.85)

Sendo assim, para que haja um desenvolvimento sustentável pleno é preciso que as pessoas sejam capazes não apenas de se alimentar e conseguir comprar as coisas que precisam, mas também de ter uma vida verdadeiramente digna, tendo acesso a cultura, a educação de qualidade, aos seus direitos básicos e fundamentais, a participar das escolhas da comunidade onde estão inseridas, entre outros aspectos. Desenvolvimento sustentável engloba vários aspectos da vida cotidiana:

Outros temas urbanos que, por excelência, estão relacionados com o da sustentabilidade são as opções de transporte, o planejamento e uso do solo e o acesso aos serviços de saneamento e infraestrutura básica, todos eles vinculados à potencialização de riscos ambientais (JACOBI, 2002, p.387).

Um dos desafios em relação à sustentabilidade é fazer crescer a consciência ambiental das pessoas, ajudando assim a concretizar a participação da sociedade nos processos relacionados à fiscalização e controle dos fatores que agravam a degradação socioambiental. Para Leitão (1994) consciência ambiental é um termo que está ligado à constatação da realidade da crise ambiental, quando é percebida a quantidade demasiada de extração de recursos naturais, que trazem consequências desastrosas para a preservação do meio ambiente e do planeta.

É importante que as pessoas criem em si essa consciência ambiental, pois devemos nos unir em prol de um compromisso com o meio ambiente, procurando mudar nossos hábitos e cobrar dos governantes e das empresas uma transformação da forma como utilizamos os recursos naturais, produzimos e consumimos. É necessária uma maior mobilização da sociedade para agir nas mudanças e para cobrar dos governos políticas pautadas no desenvolvimento sustentável e na inclusão social.

Necessita-se mais práticas sociais que levem em consideração um aumento no conhecimento sobre o tema, juntamente com o incremento de educação ambiental em todos os setores da sociedade, ou seja, desenvolver iniciativas que contribuam para um maior acesso à informação, “[...]o desafio ambiental urbano deve se centrar em ações que dinamizem o acesso a consciência ambiental dos cidadãos a partir de um intenso trabalho de educação” (JACOBI, 2002, p.388). Isso por ser percebido na seguinte fala de Jacobi (2002, p.388):

A modernização dos instrumentos requer uma engenharia sócio institucional complexa, apoiada em processos educacionais e pedagógicos para garantir condições de acesso dos diversos atores sociais envolvidos, e notadamente dos grupos sociais mais vulneráveis, às informações em torno dos serviços públicos e dos problemas ambientais. (JACOBI, 2002, p.388).

Para Bizarria et al (2017) o conhecimento sobre sustentabilidade recebe um olhar sobre suas múltiplas facetas. Essa visão crítica e analítica é possível na academia, quando são vislumbrados, tanto os resultados da gestão do desenvolvimento sustentável, para conduzir a quebra de lógicas (desenvolvimento/sustentável), quanto também a forma de conceber o sustentável pela harmonia entre as necessidades do homem no presente e no futuro.

Além disso, o desenvolvimento não pode ser confundido com crescimento econômico, porém, deve sempre ser levada em consideração a ligação entre os dois e entre outros fatores de vital importância na nossa sociedade, como distribuição de renda e principalmente o tema de preservação do meio ambiente. Muitas pessoas ainda acreditam que não existe ligação entre esses dois temas, como diz Veiga (2008, p.109) que existem os que “acreditam que não exista dilema entre conservação ambiental e crescimento econômico. Creem, ao contrário, que seja factível combinar essa dupla exigência. Todavia, não há qualquer evidência científica sobre as condições em que poderia ocorrer tal conciliação.”

O que se percebe é que a realidade atual, com o modelo capitalista no qual estamos estruturados, traz cada vez mais malefícios tanto em relação ao desenvolvimento humano e busca por equidade e melhores condições de vida para todos quanto com relação ao meio ambiente.

É necessária uma mudança imediata e gradativa para um tipo de industrialização e produção mais sustentável, além de maior acesso à informação para que as pessoas entendam seu papel na mudança, aumentando sua consciência ambiental e fazendo com que elas consequentemente cobrem dos governos maiores políticas sobre preservação ambiental e igualdade e das empresas e indústrias uma reformulação dos seus métodos. Porém um dos pontos importantes é que elas entendam a necessidade de mudança nos seus hábitos, não só de compra, mas de utilização de recursos e no seu cotidiano em geral, buscam sempre uma forma de viver mais sustentável e preocupada com o meio ambiente.

O desenvolvimento sustentável é apresentado como um processo de mudança em que a direção dos investimentos, a exploração de recursos, a mudança institucional podem estar em equilíbrio quando reforçam o potencial atual e futuro para atender às necessidades humanas e aspirações (BIZARRIA et al, 2017).

Quadro 1 – Estudos nacionais recentes sobre a temática sustentabilidade

Autores	Ano	Objetivo
Kühl <i>et al.</i>	2016	Identificar como a colaboração para inovação se relaciona com o desempenho sustentável na indústria eletroeletrônica do Brasil.
Salles <i>et al.</i>	2016	Analisar a adoção da TI Verde nas organizações, examinando, mais especificamente, os motivos de adoção, as práticas implantadas, os benefícios percebidos e as dificuldades enfrentadas.
Costa	2015	Examinar a extensão e a natureza do conceito de desenvolvimento sustentável no sistema de solução de controvérsias da OMC através dos exames da “jurisprudência” da OMC.
Ometto, Bulgacov e May	2015	Analisar o perfil e o envolvimento dos estrategistas nas práticas de responsabilidade social
Laruccia e Garcia	2015	Investigar os aspectos relacionados com a adoção de práticas de <i>ecodesign</i> nas empresas.
Zambon <i>et al.</i>	2015	Apresentar um estudo crítico sobre a geração de resíduos associados ao consumo de produtos cujo ciclo de vida reduzido provoca substituição e descarte em alta frequência.

Autores	Ano	Objetivo
Tomio e Schmidt	2015	Investigar, numa leitura sobre a sustentabilidade, como ocorrem os principais movimentos, práticas e percepções das organizações da microrregião de Blumenau (SC), em torno do desenvolvimento do turismo e sua relação com o ambiente natural.
Camargo, Liboni e Oliveira	2015	Propor indicadores que possibilitem fazer uma aproximação entre envolvimento de colaboradores e gerenciamento de projetos ambientais realizados nas organizações.
Mascarenhas, Dias e Baptista	2015	Analisar o trabalho escravo no Brasil e prover sustentação empírica para uma teoria da escravidão contemporânea como prática de gestão. Dois aspectos principais justificam esta contribuição.
Santos, Marchesini e Cruz	2015	Apresentar um relato de experiência de turismo empreendida pela agência de viagens e turismo Caiçara Expedições em parceria com o projeto “Ateliê Arte nas Cotas”, realizado em Cubatão no estado de São Paulo, região sudeste brasileira, em vistas à responder como o turismo pode induzir o processo de promoção social.
Delgado e Mertens	2015	Examina as propriedades estruturais da rede de colaboração na gestão do turismo de base comunitária na Prainha do Canto Verde (Estado do Ceará / Nordeste do Brasil).
Kuyumjian, Souza e Sant’Anna	2014	Analisar se o empreendedorismo social, praticado no Morro do Jaburu, tem culminado em um ou mais fatores de ordem social, econômica, política, ambiental, educacional e gerencial que componham um processo de desenvolvimento local.
Ribeiro e Muylder	2014	Abordar os temas sustentabilidade e solidariedade sob a forma de um levantamento bibliográfico da literatura nacional relativa ao campo Economia Solidária (ES), buscando extrair dela os requisitos que denotam os empreendimentos econômicos solidários quanto a esses construtos.
Bastos e Fortunato	2014	Valorar a opção da conversão de veículos leves <i>flex</i> para o gás natural veicular (GNV) tendo a contribuição para a sustentabilidade como principal motivador.
Brumatti	2014	Realizar reflexão sobre alguns entendimentos e comportamentos da sociedade contemporânea ocidental relacionados ao uso dos recursos naturais ao longo de sua história e, principalmente, a partir do século XX, refletindo sobre as mudanças na maneira de pensar e agir sobre a natureza influenciados pelos movimentos ambientalistas.
Alves e Nascimento	2014	Analisar a difusão do conceito e das práticas de <i>Green Supply Chain Management</i> no cenário brasileiro.
Ferreira, Borba, e Rosa	2014	Identificar a significância dos valores das contingências passivas e provisões ambientais evidenciadas por empresas que negociam suas ações na New York Stock Exchange – NYSE.
Lima e Matias-Pereira	2014	Estudar os efeitos da dinâmica demográfica na sustentabilidade do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), a partir das mudanças observadas na estrutura etária da população brasileira e na estrutura etária dos contribuintes e beneficiários do RGPS.
Silva e Bernardes	2014	Analisar os objetivos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, no contexto do desenvolvimento econômico.
Lunardi, Simões e Frio	2014	Identificar e analisar os principais benefícios e práticas de TI Verde adotados pelas organizações.

Autores	Ano	Objetivo
Scott	2014	Apresentar uma matriz de fatores a levar em conta para priorizar as cadeias de valor agrícolas selecionadas como foco das iniciativas público-privadas para impulsionar o seu desenvolvimento.

Fonte: os autores (2017).

Conforme apresentado no Quadro 1, as pesquisas sobre a temática de sustentabilidade são incipiente no Brasil, sendo um campo a ser amplamente explorado e investigado (SEHNEM et al., 2012), muito embora se tem percebido crescimento no número de publicações e revistas científicas com enfoque sobre o tema.

Na busca por artigos recentes, dos últimos três anos (2014, 2015 e 2016) na base de dados de periódicos nacionais Spell classificados, segundo o QUALIS CAPES em A1, A2 e B1, onde filtrou-se a palavra-chave “sustentabilidade”, foram encontradas 21 (vinte e uma) publicações de uma série de 152 artigos científicos de periódicos A1 a B5.

Dos vinte e um artigos demonstrados no Quadro 1, 52,4% são de periódicos B1, destacando-se o periódico Caderno Virtual de Turismo, com 4 publicações, as quais representam 19,0% do total da pesquisa. No que diz respeito aos periódicos com Qualis A2, estes representaram 47,6%, destacando a Revista de Administração Pública, também com 4 publicações (19,0% do total da pesquisa). Não foram encontradas publicações sobre o tema em periódicos classificados como A1.

Ainda de acordo com o Quadro 1, tais pesquisas têm associado o tema “sustentabilidade”, com as boas práticas das organizações, o desempenho das empresas, proposição de indicadores de sustentabilidade, promoção de turismo sustentável, economia solidária, gestão da cadeia de suprimentos verdes, contexto de inovação e tecnologia de informação verde e responsabilidade social corporativa.

2.2 Educação ambiental

Na visão de Duarte et al. (2015), as origens da educação ambiental remontam à fundação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1946, período em que iniciou e intensificou as questões tanto relacionadas às políticas de educação de um modo geral, globalmente mobilizando governos e entidades da sociedade civil. Os debates alcançaram um dos seus apogeus na década de 1960, a partir de uma nova perspectiva de mostrar ao homem as diversas questões relacionadas a temas ambientais, voltadas principalmente para o consumo excessivo dos recursos naturais existentes no planeta e em como o uso indiscriminado e irracional desses recursos que, por consequência, acaba por acometer e ameaçar a existência da vida no planeta.

A educação ambiental é um processo a partir do qual o educando é protagonista do processo de ensino-aprendizagem pretendido, participando ativamente no diagnóstico dos problemas ambientais e na busca de soluções. Neste sentido, acredita-se que o mesmo será preparado como agente transformador por meio do desenvolvimento de habilidades e formação de

atitudes, através de uma conduta ética, condizentes ao exercício da cidadania (MIRANDA et al., 2006, p. 1).

Para Santos et al (2016), a educação ambiental é um componente social indispensável e uma ferramenta poderosa para desenvolver uma sociedade pacífica e sustentável. Segundo o artigo 1º da Política Nacional de Educação Ambiental, a educação ambiental compreende “os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade” (BRASIL, 1999).

A denominação de educação ambiental é, portanto, controversa, onde alguns pesquisadores e estudiosos preferem adotar o termo pedagogia da Terra ou educação ecológica e/ ou alfabetização ecológica, sendo que essa variedade de denominações está relacionada às diferentes concepções em relação ao termo.

Para Silva et al. (2015), um dos princípios da educação ambiental está sob o prisma de estimular os indivíduos a tornarem-se portadoras de soluções e não apenas de denúncias, apesar de que essas devam ser as primeiras atitudes diante dos desmandos socioambientais. Para Duarte et al. (2015), as práticas educativas são concebidas e estruturadas levando-se em consideração os problemas concretos que acontecem na sociedade em geral, ao passo que a educação ambiental objetiva transformar a realidade social, econômica e ambiental.

Desse modo, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992), a Agenda 21 apresenta três programas com potencial transformador:

1. reorientação do ensino (formal e informal), no sentido do desenvolvimento sustentável, para reorientar as pessoas na direção de uma maior consciência ambiental, ética, com valores, técnicas e comportamentos socioambientais;
2. aumento da consciência pública, ressaltando a importância de sensibilizar e conscientizar o público sobre os problemas do meio ambiente e do desenvolvimento, no intuito de fomentar nos indivíduos o senso de responsabilidade com relação a esses problemas e fazer com que participem da busca de solução;
3. promoção do treinamento dirigido a profissões, para preencher lacunas em seus conhecimentos e habilidades, com vistas a encontrar emprego e participar de atividades concernentes ao meio ambiente e ao desenvolvimento, visando garantir que as considerações ambientais e de ecologia humana sejam integradas em todos os níveis administrativos e funcionais: marketing, produção e finanças.

Segundo Santos et al (2016), a educação para a sustentabilidade deve ser vista como um dos meios para alcançar um futuro mais sustentável, e não somente como um objetivo a ser alcançado no futuro.

De acordo com a percepção de Bizarria et al. (2017), educação ambiental entraria no patamar como fator contributivo a um novo cenário, capaz de harmonizar e equilibrar tanto desenvolvimento com a sustentabilidade como disciplina provocadora, questionadora e

paradigmática, no sentido de incitar formas de romper com o impacto ambiental progressivo por meio de mecanismos subjetivos de conscientização, e, não apenas, pela interdição baseadas em normas punitivas, como se observa no comportamento atual.

Corroborando com essa premissa, a educação ambiental deve produzir mudanças nas condutas dos diferentes atores, seja sociedade civil, governo e empresas, modificando seus hábitos de consumo, fazendo parte do processo de mudança por um ambiente justo centrado nas soluções sustentáveis. Neste sentido, o sistema educacional necessita promover condições para que as instituições educacionais se constituam em espaços educadores sustentáveis (SILVA et al., 2015). Para Duarte et al (2015, p. 27), “o homem precisa se perceber como parte da natureza e conhecer os recursos e potencialidades que podem auxiliá-lo na forma de fazer uso dos recursos naturais”.

Bizarria et al. (2017) ainda contribui com seu estudo sugerindo que o tema educação ambiental seja amplamente discutido de um lugar não comum, de modo que possa processar o desenvolvimento pelo sustentável e não o inverso. Isso é possível através do processo de conscientização e (auto)responsabilização, visto que “o ser humano é centro e articulador do fazer sustentabilidade, que, cotidianamente, fomenta mudanças e institui formas alternativas de ‘com-viver’ com o ambiente” (BIZARRIA et al., 2017, p. 226).

Quadro 2 – Estudos nacionais recentes sobre a temática educação ambiental

Autores	Ano	Objetivo
Bizarria et al.	2017	Analisar o filme de animação “Os Sem Floresta”, no que diz respeito à sustentabilidade, com suporte na interação entre animais, os quais perderam parte do seu habitat florestal em virtude da construção de um condomínio residencial e seres humanos residentes nessa propriedade.
Petarnella, Silveira e Machado	2017	Revisar e refletir sobre a Educação Ambiental (EA) e o Ensino de Sustentabilidade, no campo da Administração, mais especificamente, nos Programas de Pós-graduação Stricto Sensu em Administração.
Tugoz, Bertolini e Brandalis	2017	Avaliar os resultados obtidos com a utilização de cisternas para a captação e uso da água pluvial, em uma escola estadual do Paraná, no município de Marechal Cândido Rondon.
Januário et al.	2017	Entender o comportamento ambiental da população de Wenceslau Braz/PR, passados 15 meses do início do serviço de coleta seletiva, reflexo da execução do Projeto de Extensão “Parceria Verde”; projeto este em parceria entre a Universidade Estadual do Norte do Paraná, campus de Bandeirantes/PR, e a Prefeitura Municipal de Wenceslau Braz/PR.
Bonin, Conto e Pereira	2016	Analisar os periódicos vinculados aos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu em Turismo no Brasil e examinar o que vem sendo produzido e socializado sobre Educação Ambiental [EA] nesses canais por meio dos trabalhos publicados no período de 1990 a 2014.
Bastos e Bastos	2016	Avaliar o projeto de gestão administrativa sustentável implementado na Fundação Carlos Gomes, tomando como base os preceitos do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).

Autores	Ano	Objetivo
Santos <i>et al.</i>	2016	Analisar a percepção, por parte dos colaboradores de uma empresa de grande porte da região central do Rio Grande do Sul, atuante no ramo varejista, frente às práticas sustentáveis desenvolvidas pela organização e seus reflexos no meio ambiente.
Silva <i>et al.</i>	2015	Examinar a relação entre os comportamentos ambientalmente responsáveis e a percepção de educação ambiental de alunos e servidores de uma instituição pública federal de ensino, por meio de um questionário eletrônico aplicado aos alunos e servidores da instituição.
Duarte <i>et al.</i>	2015	Analisar como as ações de educação ambiental desenvolvidas pela Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC) consideram a especificidade do contexto do semiárido no estado.

Fonte: os autores (2017).

Diante da análise do Quadro 2, percebe-se que o número de trabalhos científicos envolvendo a temática “educação ambiental” ainda é escassa, porém bastante atual e relevante para o período que é marcado pelas preocupações por questões socioambientais e sustentabilidade. (PETARNELLA; SILVEIRA; MACHADO, 2017). A pesquisa foi realizada na base de dados Scientific Periodicals Electronic Library (SPELL), onde foram considerados todos os artigos indexados em periódicos com Qualis/CAPEs, durante o período de 2015, 2016 e 2017, onde filtrou-se a palavra-chave “educação ambiental” e foram encontrados nove trabalhos, ambos elencados no Quadro 2.

A análise dos artigos científicos percebe-se que o tema educação ambiental (EA) tem sido alvo de pesquisas nas áreas de Administração (PETARNELLA; SILVEIRA; MACHADO, 2017) e Turismo (BONIN; CONTO; PEREIRA, 2016). Além disso, tiveram como objetos a secretaria de educação (DUARTE et al., 2015), escola estadual (TUGOZ; BERTOLINI; BRANDALIS, 2017), demais órgãos sem fins lucrativos, associando a temática EA com os preceitos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) (BASTOS; BASTOS, 2016), empresas de capital fechado do ramo varejista (SANTOS et al, 2016).

Além disso, houve estudos envolvendo o comportamento ambientalmente responsáveis e a percepção de educação ambiental de alunos e servidores de instituição federal de ensino (SILVA et al., 2015) e da população de pequeno município pós implementação de programa de extensão universitária (JANUÁRIO et al., 2017).

Acrescenta-se ainda a presença de pesquisa qualitativa realizada tendo como base um filme cinematográfico, contextualizado ao tema sustentabilidade. O estudo concluiu, portanto, que o filme propiciou apreciação do conceito de sustentabilidade, notadamente realizando conexão com a perspectiva do desenvolvimento econômico com suporte do capitalismo. Tangencia também acerca da mudança de comportamentos e do advento de conflitos no que tange aos padrões de consumo versus “estilos de vida marcados pelo desperdício e negação da vida harmônica, quando a busca pela sobrevivência veicula a reificação do homem, alicerçada pelo lugar egocêntrico de suas iniciativas” (BIZARRIA et al., 2017).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa se classifica quanto aos objetivos como descritiva. Descritiva, porque visa de acordo com a tipologia de Gil (2008), descreve as características do fenômeno sem estabelecer explicação causal e seu foco de estudo esta voltada à atuação prática.

Dessa forma, em relação aos métodos para atingir os objetivos deste trabalho, pode-se afirmar que a abordagem do problema foi feita a partir de uma pesquisa de campo, que é “aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta” (MARCONI; LAKATOS, 2010, p.169), realizada em uma amostra dos estudantes do curso de Bacharelado em Administração de uma Instituição Federal de Ensino Superior, localizada na região sul do Estado do Rio Grande do Sul, sendo esta composta por 100 alunos (amostra), selecionados de maneira aleatória com abordagem de maneira qualitativa, na forma de algumas perguntas abertas, que de acordo com as autoras “permitem ao informante responder livremente, usando linguagem própria, e emitir opiniões” (MARCONI; LAKATOS, 2010, p.187) quanto quantitativa, uma vez que foi trabalhado tanto numa parte da coleta de dados como na análise com a quantificação e numeração das informações recolhidas, por meio de perguntas fechadas nos questionários e métodos de estatística descritiva simples, como a média, frequência absoluta e frequência relativa, além de porcentagem. A parte quantitativa da pesquisa se encaixou na subdivisão chamada estudos de relações de variáveis, que segundo as autoras Marconi e Lakatos (2010, p.171) são:

Uma forma de estudos quantitativo-descritivos que se referem à descoberta de variáveis pertinentes à determinada questão ou situação, da mesma forma que à descoberta de relações relevantes entre variáveis. (MARCONI; LAKATOS, 2010, p.171)

O instrumento de coleta de dados foi questionário, o qual é composto por perguntas que procuraram identificar e localizar fatores que possam demonstrar se o respondente possui ou não consciência ambiental, se costuma optar por produtos sustentáveis e se o estilo de vida deles está ligado à sustentabilidade. A coleta de dados ocorreu no mês de julho de 2016. Foi escolhido este método, pois, de acordo com Marconi e Lakatos (2010), algumas de suas vantagens são:

- Ajuda a alcançar um maior numero de pessoas simultaneamente, já que a pesquisa pretende ser feita com o máximo possível de estudantes do curso de Administração;
- Possibilita obtenção de respostas com mais agilidade e precisão, o que é necessário com o pouco tempo disponível para a conclusão do trabalho;
- Possibilita a consecução de respostas uniformes, contribuindo na análise posterior que será estatística, para a parte quantitativa do questionário;
- Por caráter de anonimato, o respondente sente uma maior liberdade na hora de responder às perguntas.

O questionário foi construído, utilizando uma escala Likert de 5 pontos, que representa o grau de discordância ou concordância dos indivíduos em relação aos itens consciência ambiental e o consumo sustentável dos discentes. O questionário é adaptado de Tambosi (et. al, 2014).

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Dos 412 alunos matriculados no curso de Administração da Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) pesquisada, participaram desta pesquisa 100 estudantes. Inicialmente, foram contabilizados 105 questionários recebidos, porém cinco deles não estavam completamente preenchidos e foram descartados. Do total de questionários, 42 continham respostas às perguntas abertas, que serão utilizadas na parte qualitativa da análise de dados.

Nesta etapa do trabalho, serão apresentadas duas tabelas, a primeira sobre consciência ambiental e outra sobre consumo sustentável, contendo a frequência absoluta (F.A.), frequência relativa (F.R.) e média de respostas em cada questão apresentada. Após isso, é realizada uma comparação com os resultados de um trabalho de Cardoso e Cairrão (2007) realizado com 330 jovens universitários em Portugal e outro de Tambosi et al. (2014) realizado com alunos de uma Instituição de Ensino Superior (IES) localizada na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina.

4.1 Consciência ambiental

Dentro deste assunto, foi apresentada aos respondentes uma tabela com 12 itens que se relacionavam ao nível de consciência ambiental deles, com opções de respostas que variavam de “discordo totalmente” a “concordo totalmente”. Os resultados podem ser vistos na Tabela 1.

É possível perceber que os estudantes possuem um nível bom de consciência ambiental. As questões com maior nível de concordância foram: “Os seres humanos devem viver em harmonia com a natureza para que possam sobreviver melhor” (Média 4,61), “Quando os seres humanos interferem na natureza, isso frequentemente produz consequências desastrosas” (Média 4,37) e “A humanidade está a abusar seriamente do meio ambiente” (Média 4,36). Isso demonstra que os discentes percebem que é preciso ter uma atitude de preservação da natureza para que possamos melhorar nossa vivência no planeta, não ajudando na degradação do ambiente natural do qual precisamos e que a maneira como estamos atualmente lidando com as questões de utilização de recursos produz consequências trágicas para o meio ambiente.

No estudo de Tambosi et al. (2014) estas também foram as questões com maior nível de concordância. Porém, podemos perceber também que na questão que foca no aumento populacional e diz “Estamos a aproximar-nos do número limite de habitantes que a terra pode suportar” (Média 3,56), e na que sugere que a industrialização deve ser controlada afirmando “Existem limites de crescimento para além dos quais a nossa sociedade industrializada não pode expandir-se” (Média 3,73), a maioria dos estudantes ficou em um meio termo, onde nem concorda nem discorda, o que pode demonstrar ou uma falta de conhecimento sobre o assunto ou uma falta de interesse nas questões.

De qualquer maneira, essas são temáticas de extrema importância quando se fala em sustentabilidade e preservação do meio ambiente, e deveriam ter maior atenção por parte dos alunos. No entanto, no restante das afirmações os estudantes se mostraram bastantes conscientes em relação à ligação entre a humanidade e a natureza, como é possível notar nas questões que tiveram maior índice de discordância: “A humanidade foi criada para dominar a natureza” (Média 1,65), “As plantas e os animais existem basicamente para serem utilizados pelos seres humanos” (Média 1,97) e “Os seres humanos não precisam de se adaptar ao ambiente natural porque podem adaptar o meio ambiente às suas necessidades” (Média 2,09).

Corroborando com isto está o estudo de Cardoso e Cairrão (2007). No resultado de sua pesquisa, que teve um maior nível de discordância nessas 3 mesmas questões, eles também chegaram a conclusão de que os estudantes possuíam boa consciência ambiental. No estudo de Tambosi et al. (2014), duas destas questões também apresentaram o maior índice de discordância, a primeira e a segunda.

Podemos então chegar a conclusão que em relação à consciência ambiental, os estudantes a tem num nível bastante alto, se preocupado com as questões de utilização de recursos, com o equilíbrio da natureza e discordando de questões que afirmam que podemos ter qualquer atitude em relação ao meio ambiente sem nos preocupar-nos com as consequências.

4.2 Consumo sustentável

A seção do questionário que tratou sobre o assunto consumo sustentável foi organizada da mesma maneira que sobre o assunto consciência ambiental, contendo 15 questões ligadas aos hábitos de consumo dos respondentes, focados na busca por sustentabilidade, com respostas com a mesma variação entre “discordo totalmente” e “concordo totalmente”. Os resultados são demonstrados na Tabela 2.

Aqui, se constata uma divergência entre a consciência dos estudantes e a efetivação disso nos seus hábitos de consumo. As médias variaram entre 2,77 e 3,68, o que demonstra que a maioria das respostas estava entre só “concordo” ou “não discordo nem concordo” ou “discordo”, não estando próximas do concordo totalmente. Estavam todas acima de 2,5, que é a média do questionário no geral, o que pode até mostrar que os estudantes algumas vezes possuem hábitos sustentáveis de consumo, porém não chegaram perto de um 4 ou 5. Isso comprova que a maioria dos alunos possui consciência ambiental, porém não a utilizam com alta frequência na hora de escolher os produtos que vão comprar.

Vale ressaltar a questão mais próxima da discordância: “Para a minha casa não compro produtos que prejudiquem o meio ambiente” (Média 2,77), o que confirma que os estudantes não procuram diminuir o consumo de produtos que causam danos à natureza. Outra afirmação que também teve média perto do “discordo” foi “Não compro produtos fabricados ou vendidos por empresas que prejudicam ou desrespeitam o meio ambiente” (Média 2,96), o que também demonstra que os participantes da pesquisa não se preocupam com as questões ambientais na hora das compras.

Em relação a este resultado, de novo, ele está muito parecido com os conseguidos por Cardoso e Cairrão (2007), quando em seus estudos as médias do mesmo questionário variaram entre 2,77 e 3,58.

Além disso, duas de suas questões que tiveram a média mais perto do “discordo” (2,97 e 2,98) são as citadas acima, o que comprova as semelhanças nos resultados dos trabalhos. No trabalho de Tambosi et al. (2014) também foi constatado o desacordo entre consciência ambiental e consumo sustentável, possível ser percebido no seguinte trecho: “Apesar da consciência ambiental, nota-se que as ações destes consumidores (intenções e hábitos) divergem parcialmente do seu nível de consciência[...]” (Tambosi et al, 2014).

Tabela 1 – Consciência Ambiental

Itens da escala	Discordo totalmente								Concordo totalmente		Média
	1		2		3		4		5		
	F. A.	F. R	F. A.	F. R	F. A.	F. R	F. A.	F. R	F. A.	F. R	
As plantas e os animais existem, basicamente, para serem utilizados pelos seres humanos.	54	54,0%	14	14,0%	21	21,0%	3	3,0%	8	8,0%	1,97
Estamos a proximar-nos do número limite de habitantes que a terra pode suportar.	4	4,0%	4	4,0%	45	45,0%	26	26,0%	21	21,0%	3,56
Para manter uma economia saudável teremos que desenvolvê-la para que o crescimento industrial seja controlado.	3	3,0%	4	4,0%	23	23,0%	30	30,0%	40	40,0%	4,00
O planeta terra é como uma aeronave, com espaço e recursos limitados.	2	2,0%	6	6,0%	17	17,0%	25	25,0%	50	50,0%	4,15
Os seres humanos não precisam de se adaptar ao ambiente natural porque podem adaptar o meio ambiente às suas necessidades.	41	41,0%	28	28,0%	16	16,0%	11	11,0%	4	4,0%	2,09
Existem limites de crescimento para além dos quais a nossa sociedade industrializada não pode expandir-se.	4	4,0%	9	9,0%	31	31,0%	22	22,0%	34	34,0%	3,73
O equilíbrio da natureza é muito delicado e facilmente perturbado.	0	0,0%	6	6,0%	15	15,0%	35	35,0%	44	44,0%	4,17
Quando os seres humanos interferem na natureza, isso frequentemente produz consequências desastrosas	0	0,0%	1	1,0%	15	15,0%	30	30,0%	54	54,0%	4,37
Os seres humanos devem viver em harmonia com a natureza para que possam sobreviver melhor	0	0,0%	3	3,0%	7	7,0%	16	16,0%	74	74,0%	4,61
A humanidade está a abusar seriamente do meio ambiente.	0	0,0%	1	1,0%	20	20,0%	21	21,0%	58	58,0%	4,36
Os seres humanos têm o direito de modificar o meio ambiente para ajustá-lo às suas necessidades.	39	39,0%	26	26,0%	20	20,0%	11	11,0%	4	4,0%	2,15
A humanidade foi criada para dominar a natureza.	66	66,0%	14	14,0%	13	13,0%	3	3,0%	4	4,0%	1,65

Fonte: os autores (2017).

Tabela 2 – Consumo sustentável

Itens da escala	Discordo totalmente								Concordo totalmente		Média
	1		2		3		4		5		
	F. A.	F. R	F. A.	F. R	F. A.	F. R	F. A.	F. R	F. A.	F. R	
Quando tenho que escolher entre dois produtos iguais, eu escolho sempre o que é menos prejudicial às outras pessoas e ao meio ambiente.	1	1,0%	18	18,0%	47	47,0%	12	12,0%	22	22,0%	3,36
Não compro produtos fabricados ou vendidos por empresas que prejudicam ou desrespeitam o meio ambiente.	11	11,0%	20	20,0%	39	39,0%	22	22,0%	8	8,0%	2,96
Faço sempre um esforço para reduzir o uso de produtos feitos de recursos naturais escassos.	1	1,0%	18	18,0%	40	40,0%	27	27,0%	14	14,0%	3,35
Quando possível, escolho sempre produtos que causam menos poluição .	2	2,0%	12	12,0%	29	29,0%	30	30,0%	27	27,0%	3,68
Já convenci amigos e familiares a não comprar produtos que prejudicam o meio ambiente.	15	15,0%	26	26,0%	24	24,0%	21	21,0%	14	14,0%	2,93
Para a minha casa não compro produtos que prejudiquem o meio ambiente.	12	12,0%	22	22,0%	47	47,0%	15	15,0%	4	4,0%	2,77
Não compro um produto quando sei dos possíveis danos que ele pode causar ao meio ambiente.	7	7,0%	15	15,0%	40	40,0%	22	22,0%	16	16,0%	3,25
Não compro produtos e alimentos que possam causar a extinção de algumas espécies animais ou vegetais.	4	4,0%	15	15,0%	34	34,0%	19	19,0%	28	28,0%	3,52
Sempre que possível, compro produtos feitos de material reciclado.	5	5,0%	16	16,0%	37	37,0%	18	18,0%	24	24,0%	3,40
Tento comprar apenas produtos que possam ser reciclados.	11	11,0%	19	19,0%	39	39,0%	24	24,0%	7	7,0%	2,97
Evito comprar produtos que não sejam biodegradáveis.	10	10,0%	24	24,0%	43	43,0%	18	18,0%	5	5,0%	2,84
Compro produtos naturais porque são mais saudáveis.	4	4,0%	14	14,0%	22	22,0%	39	39,0%	21	21,0%	3,59
Prefiro alimentos sem fertilizantes químicos porque respeitam o meio ambiente.	5	5,0%	15	15,0%	30	30,0%	22	22,0%	28	28,0%	3,53
Estou disposto a pagar um pouco mais por produtos e alimentos que estejam livres de elementos químicos que prejudiquem o meio ambiente.	7	7,0%	16	16,0%	25	25,0%	19	19,0%	33	33,0%	3,55
Quando compro produtos e alimentos a preocupação com o meio ambiente influencia na minha decisão de escolha.	7	7,0%	22	22,0%	31	31,0%	24	24,0%	16	16,0%	3,20

Fonte: os autores (2017).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou avaliar o nível de consciência, bem como do consumo sustentável dos estudantes do curso de Administração de uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) localizado na região sul do Estado do Rio Grande do Sul.

Para tanto, realizou-se arcabouço teórico acerca dos temas desenvolvimento sustentável e educação ambiental, baseado nos estudos de diversos autores, sobretudo, os de Eriksson (2002), Goulet (2002), Jacobi (2002), Proops et al. (2002), Veiga (2008), Sehnem et al. (2012). Procurou-se ainda, com os resultados da pesquisa contextualizar com trabalhos realizados anteriormente por Cardoso e Cairrão (2007) e Tambosi et al. (2014).

Notou-se no estudo o engajamento da IFES com a temática sustentabilidade, denotado em algumas práticas como investimentos em educação ambiental e sensibilização, como a capacitação de servidores ofertada em cursos com temáticas ambientais, programa de eficiência energética, uso racional de papéis, diminuição no uso de copos descartáveis, separação de lixo orgânicos e recicláveis, entre outras boas práticas.

Foi possível perceber ainda que os estudantes possuem um nível bom de consciência ambiental; os discentes percebem que é preciso ter uma atitude de preservação da natureza para que possamos melhorar nossa vivência no planeta, não ajudando na degradação do ambiente natural do qual necessitamos e que a maneira como estamos atualmente lidando com as questões de utilização de recursos produz consequências trágicas para o meio ambiente.

No que diz respeito ao modo de consumo dos estudantes, percebeu-se que apesar da maioria dos alunos possuírem alta consciência ambiental, porém não a utiliza com boa frequência na hora de escolher os produtos que vão comprar. Além disso, constatou-se que os estudantes não procuram diminuir o consumo de produtos que causam danos à natureza.

Os achados resultantes da pesquisa não podem ser generalizados como realidade do quadro discente das IES brasileiras, nem tão pouco aos demais estudantes dos cursos ofertados pela IFES pesquisada, em função de se tratar de um estudo de caso, o que se caracteriza como limitação do estudo.

Porém, é válido sugerir estudos futuros nesta área abrangendo estudantes do curso de Administração de demais IES para que se possa compreender amplamente os hábitos e estilos de vida dos futuros administradores e, para que a partir das análises, possam provocar as IES implementarem disciplinas obrigatória do eixo estruturante do curso, bem como debates, cursos, palestras, workshops, vez que se tem a consciência da abordagem do tema nos cursos de ensino superior.

6 REFERÊNCIAS

- BASTOS, T. R.; BASTOS, R. Z. Ações Públicas para a Sustentabilidade na Fundação Carlos Gomes, Belém, Pará . Amazônia, Organizações e Sustentabilidade, v. 5, n. 1, p. 39-52, 2016.
- BIZARRIA, F. P. A.; TAVARES, J. C. S.; BRASIL, M. V. O.; TASSIGNY, M. M.; SILVA, M. A. O que um filme pode nos ensinar? Estudo Observacional e Análise do Tema Sustentabilidade no filme “Os Sem Floresta”. Desenvolvimento em Questão, v. 15, n. 40, p. 204-229, 2017.
- BONIN, S. M.; CONTO, S. M.; PEREIRA, M. B. Turismo e Educação Ambiental: a Socialização do Conhecimento em Periódicos Científicos . Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade, v. 8, n. 2, p. 177-191, 2016.
- BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispões sobre educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>. Acesso em: 06 dez. 2017.
- CARDOSO, A. J. M.; CAIRRÃO, Á. M. C. L. Os jovens universitários e o consumo sustentável: a sua influência na compra de produtos ecológicos. Revista da Faculdade de Ciência e Tecnologia, Lisboa, v. 4, p. 124-135, 2007.
- CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Agenda 21: documentos da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro. 1992. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/agenda21.pdf>>. Acesso em: 06 dez. 2017.
- DUARTE, R. G.; BASTOS, A. T.; SENA, A. P.; OLIVEIRA, F. C. Educação ambiental na convivência com o semiárido: ações desenvolvidas pela Secretaria de Educação do Estado do Ceará. Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade, v. 4, n. 1, p. 17-29, 2015.
- ERIKSSON, Karl-Erik. Ciência para o desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis (org.). Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- GIL, Antonio C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOULET, Denis. Desenvolvimento autêntico: fazendo-o sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis (org.). Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- JACOBI, Pedro. Meio ambiente e sustentabilidade: alguns elementos para a reflexão. In: CAVALCANTI, Clóvis (org.). Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- JANUÁRIO, M.; FERNANDES, F. R. M.; VALERIO, M. A.; MACEDO, R. B. Estudo do Comportamento Ambiental da População de Wenceslau Braz/PR em Relação aos

- Resíduos Sólidos Urbanos. Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade, v. 6, n. 1, p. 55-71, 2017.
- LEITÃO, Pedro. Ambiental desenvolvimentismo: ideário nacional brasileiro dos anos 90. In: BURSZTYN, M. Para pensar o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. – 7. ed. – São Paulo: Atlas, 2010.
- MIRANDA, N. A.; SILVA, D.; SIMON, F. O.; VERASZTO, E. V. Educação ambiental na óptica discente: análise de um pré-teste. In: Anais do SEGET, Resende, RJ, Brasil, 2006.
- PETARNELLA, L.; SILVEIRA, A.; MACHADO, N. S. Educação Ambiental e Ensino de Sustentabilidade: Reflexões no Contexto da Administração. Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade, v. 6, n. 1, p. 1-12, 2017.
- PROOPS, John; FARBER, Malte; MANSTETTEN, Reiner; JÖST, Frank. Realizando um mundo sustentável o papel do sistema político na consecução de uma economia sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis (org.). Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2002
- SANTOS, L. A. D.; MARZALL, L. F.; GONÇALVES, D. L.; GODOY, L. P. Análise das Práticas Sustentáveis no Ramo Varejista: uma Percepção dos Colaboradores com Ênfase na Educação Ambiental. Reunir: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade, v. 6, n. 1, p. 56-73, 2016.
- SILVA, A. M.; MEIRELES, F. R. S.; REBOUÇAS, S. M. D. P.; ABREU, M. C. S. Comportamentos ambientalmente responsáveis e sua relação com a educação ambiental. Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade, v. 4, n. 1, p. 1-16, 2015.
- TAMBOSI, S. S. V.; MONDINI, V. E. D.; BORGES, G. R.; HEIN, N. Consciência ambiental, hábitos de consumo sustentável e intenção de compra de produtos ecológicos de alunos de uma IES de Santa Catarina. Revista Eletrônica de Administração e Turismo, v. 5, n. 3, p. 454-468, 2014.
- TUGOZ, J.; BERTOLINI, G. R. F.; BRANDALISE, L. T. Captação e Aproveitamento da Água das Chuvas: O Caminho para uma Escola Sustentável. Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade, v. 6, n. 1, p. 26-39, 2017.
- VEIGA, J. E. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.